por contratos de locação financeira, de aluguer de longa duração ou outros similares, com indicação do tipo, matrícula ou registo, marca, modelo, ano e valor.

CAPÍTULO IV

Comissão de apreciação

Artigo 16.º

Mandato

O mandato dos membros da comissão competente para decidir da concessão do pedido de protecção jurídica, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º da Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, tem a duração de três anos, é renovável e cessa com a designação dos respectivos substitutos.

Artigo 17.º

Remessa do pedido para a comissão

1 — A remessa do pedido de protecção jurídica para a comissão suspende o prazo de produção do deferimento tácito.

2 — A comissão decide da concessão do pedido de protecção jurídica no prazo de 15 dias contados da data da sua recepção.

Artigo 18.º

Funcionamento

Compete à comissão elaborar o seu regimento.

CAPÍTULO V

Disposição final

Artigo 19.º

Entrada em vigor

A presente portaria produz efeitos a partir do dia 1 de Setembro de 2004.

Em 26 de Agosto de 2004.

O Ministro da Justiça, *José Pedro Correia de Aguiar Branco*. — O Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, *Fernando Mimoso Negrão.*

ANEXO I

Tabela a que se refere o n.º 2 do artigo 8.º

Escalões de rendimento líquido completo do agregado familiar (Y_C) (valores anuais expressos em euros)	Coeficientes de dedução de despesa (d)
$YC < 4\,500$	0,371
$4\,500 \leq Y_C < 9\,000$	0,320
$9\,000 \leq Y_C < 13\,500$	0,288
$13\,500 \leq Y_C < 18\,000$	0,264
$Y_C \geq 18\,000$	0,217

ANEXO II

Tabela a que se refere o n.º 3 do artigo 8.º

Escalões de rendimento líquido completo do agregado familiar (Y_C) (valores anuais expressos em euros)	Coeficientes de dedução de despesa (h)
$YC < 4\,500$	0,224
$4\,500 \leqslant Y_C < 9\,000$	0,238
$9\,000 \leqslant Y_C < 13\,500$	0,207
$13\,500 \leqslant Y_C < 18\,000$	0,198
$Y_C \geq 18\,000$	0,184

ANEXO III

Fórmula a que se refere o n.º 1 do artigo 9.º

A fórmula de cálculo do valor do rendimento relevante para efeitos de protecção jurídica resulta das seguintes identidades algébricas:

$$Y_{AP} = Y_C - A$$

$$A = \mathrm{D} + H$$

$$D = \left(1 + \frac{n-1}{10}\right) \times d \times Y_C$$

$$H = h \times Y_C$$

Portanto, por operações aritméticas elementares:

$$Y_{AP} = Y_C - (D + H)$$

$$\Leftrightarrow Y_{AP} = Y_C - \left[\left(1 + \frac{n-1}{10}\right) \times d \times Y_C + h \times Y_C\right]$$

$$\Leftrightarrow Y_{AP} = \left[1 - \left(1 + \frac{n-1}{10}\right) \times d - h\right] \times Y_C$$

ANEXO IV

Tabela a que se refere o artigo 12.º

Montante (M) apurado com base nos critérios definidos no n.º II do anexo à Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, e no disposto no artigo 11.º da presente portaria (expresso em euros)	Valor a liquidar (expresso em euros)
$M < 60$	45
$60 \leq M < 80$	60
$80 \leq M < 120$	80
$120 \leq M < 160$	120
$M \geq 160$	160

Portaria n.º 1085-B/2004

de 31 de Agosto

A Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, que altera o regime de acesso ao direito e aos tribunais, estabelece no seu artigo 22.º que o requerimento de protecção jurídica é formulado em modelo a aprovar por portaria conjunta dos ministros com a tutela da justiça e da segurança social.

Assim:

Manda o Governo, pelos Ministros da Justiça e da Segurança Social, da Família e da Criança, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, o seguinte:

1.º São aprovados os formulários de requerimento de protecção jurídica para pessoas singulares e para pessoas colectivas ou equiparadas, mod. PJ 1-DGSS e mod. PJ 2-DGSS, respectivamente, anexos à presente portaria e que dela fazem parte integrante.

2.º É revogada a Portaria n.º 140/2002, de 12 de Fevereiro.

3.º A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2004.

Em 26 de Agosto de 2004.

O Ministro da Justiça, *José Pedro Correia de Aguiar Branco.* — O Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, *Fernando Mimoso Negrão.*

SEGURANÇA SOCIAL

REGISTO DE ENTRADA

Requerimento de Protecção Jurídica

Pessoa Singular

ANTES DE PREENCHER LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

1. Identificação do Requerente

Nome Completo

Data de Nascimento (Dia Mês Ano) Nº Identificação de Seg. Social

Sexo ☐ (F ou M) Estado civil: ☐ Solteiro ☐ Casado ☐ Divorciado ☐ Outro _____

Naturalidade:

País _____ Distrito _____ Concelho _____

Freguesia _____ Nacionalidade _____

Nº Identificação Fiscal

B.I. / Passaporte / Autorização de residência n.º _____ de ___/___/_____

Entidade emissora _____

2. Outros Dados do Requerente

Morada (1)

Localidade Telef. _____

C. Postal ____-___ _____ País _____

Freguesia _____ Concelho _____ Distrito _____

Profissão: _____ ☐ Trabalhador por Conta de Outrem ☐ Trabalhador Independente

Se casado, indique o regime de bens ☐ Comunhão de adquiridos ☐ Comunhão geral de bens ☐ Separação de bens

Profissão do cônjuge _____

(1) Se não tiver residência estável indique local de contacto

3. Composição e Situação Económica do Agregado Familiar

se tiver mais de 6 elementos peça a Folha de Continuação

3.1 Agregado Familiar (2)

Nome (1º e último)	**Data de Nascimento**	**Parentesco**	**Nº de Identificação de Segurança Social**
1 Requerente	_____	_____	_____
2	___/___/_____		
3	___/___/_____		
4	___/___/_____		
5	___/___/_____		
6	___/___/_____		

(2) Indique todas as pessoas que vivem em economia comum pela seguinte ordem: Cônjuge ou pessoa com quem vive em união de facto; descendentes; ascendentes; outras pessoas que façam parte do agregado familiar.

(continua no verso)

OS DADOS CONSTANTES NESTE DOCUMENTO SERÃO OBJECTO DE REGISTO INFORMÁTICO NA BASE DE DADOS DA SEGURANÇA SOCIAL. PODERÁ ACEDER À INFORMAÇÃO QUE LHES DIZ RESPEITO E PROCEDER À SUA CORRECÇÃO

3. Composição e Situação Económica do Agregado Familiar (continuação)

3.2 Rendimentos do Agregado Familiar

Rendimento Anual Líquido do Agregado Familiar € _____

3.3 Propriedade de Bens Imóveis por Agregado Familiar

O requerente ou as pessoas que vivem em economia comum têm bens imóveis? ☐ Sim ☐ Não

Se respondeu **sim**, preencha o quadro seguinte:

Tipo (3)	Localização	Artigo Matricial	Descrição Predial Nº	Urbano/ Rústico	Proprietário (4)	Forma de Aquisição (5)	Valor de Aquisição
CASA DE MORADA DE FAMÍLIA							

3.4 Propriedade de Veículos Automóveis por Agregado Familiar

O requerente ou as pessoas que vivem em economia comum têm veículos automóveis? ☐ Sim ☐ Não

Se respondeu **sim**, preencha o quadro seguinte:

Matrícula/Registo	Marca e Modelo	Ano	Proprietário (4)	Forma de Aquisição (5)	Valor de Aquisição

3.5 Propriedade de Outros Bens por Agregado Familiar

O requerente ou as pessoas que vivem em economia comum detêm participações sociais ou valores mobiliários? ☐ Sim ☐ Não

Se respondeu **sim**, preencha o quadro seguinte:

Proprietário (4)	Quantidade	Forma de Aquisição (5)	Descrição (6)	Valor Nominal por Unidade	Valor Total

3.6 Despesas com Habitação (7)

Renda da casa de morada de família - valor mensal € _____

Prestação para aquisição da casa de morada de família - valor mensal € _____

(3) Casa de morada de família e/ou outros
(4) Exemplo: Cônjuge, outros elementos do agregado familiar
(5) Exemplo: Compra, doação
(6) Exemplo: quotas, acções, obrigações, títulos de participação, unidades de participação em instituições de investimento colectivo
(7) Indicar o montante da renda ou da prestação pagas por qualquer elemento do agregado familiar

(continua na página seguinte)

4. Modalidades de Protecção Jurídica Pretendidas

Assinale com X a(s) modalidade(s) pretendida(s)

4.1 Consulta Jurídica ☐

4.2 Apoio Judiciário ☐

☐ Dispensa de taxa de justiça e demais encargos com o processo

☐ Nomeação e pagamento de honorários de patrono

☐ Pagamento da remuneração do solicitador de execução designado

☐ Pagamento faseado de taxa de justiça e demais encargos com o processo, de honorários de patrono nomeado e de remuneração do solicitador de execução designado

☐ Pagamento de honorários de defensor oficioso

Finalidade do pedido - Assinale apenas uma das opções

☐ Propor acção judicial - tipo de acção _____

☐ Contestar acção

Acção n.º _____ que corre termos no(a) ____º Juízo/Vara ____ ª Secção do Tribunal _____

☐ Outro _____

Acção n.º _____ que corre termos no(a) ____º Juízo/Vara ____ ª Secção do Tribunal _____

Qualidade em que intervem na opção pretendida: ☐ Autor ☐ Réu ☐ Arguido ☐ Assistente ☐ Outra _____

Valor da acção € _____

Oportunidade do pedido (8)

O requerimento é apresentado antes da primeira intervenção processual do requerente? ☐ Sim ☐ Não

Se respondeu **não**, indique se a situação de insuficiência económica se verificou no decurso do processo ou resulta de encargo excepcional ocorrido durante o mesmo? ☐ Sim ☐ Não

Se respondeu **sim** à pergunta anterior, diga se, após o conhecimento da situação de insuficiência económica, já interveio no processo ☐ Sim ☐ Não

4.3 Observações

Explique, por palavras suas, o que pretende:

_____

_____

_____

(8) Não preencher no caso de o requerente ser arguido em processo penal

5. Certificação do Requerente

Tomei conhecimento de que devo:
- comunicar qualquer alteração da informação prestada até ao mês seguinte ao da sua verificação;
- entregar cópia do presente requerimento no tribunal onde decorre a acção, no prazo que me foi fixado na citação/notificação.

As declarações prestadas correspondem à verdade e não omitem qualquer informação relevante.

___/___/_____

_____
Assinatura do requerente conforme documento de identificação (*)

A preencher no caso de o requerimento ser apresentado pelo Ministério Público

Comarca _____

Tribunal _____

_____
Assinatura sob carimbo do representante do requerente

(*) O requerimento pode, também, ser assinado por: legal representante do menor; rogado, no caso de o requerente não saber assinar.

(continua no verso)

6. Documentos a Apresentar

Assinale com X os documentos apresentados

Devem ser apresentados os documentos relativos ao requerente e demais pessoas que com ele vivam em economia comum.

Fotocópias de:

- ☐ Bilhete de Identidade/Passaporte/Autorização de residência ou documento análogo do requerente e demais pessoas que com ele vivem em economia comum, bem como do rogado ou do legal representante do menor, no caso de o requerimento não ter sido assinado pelo requerente.
- ☐ Última declaração de IRS e respectiva nota de liquidação (se já tiver sido emitida) ou, na falta da declaração, certidão emitida pelo serviço de finanças competente.
- ☐ Recibos de vencimento emitidos pela entidade patronal nos últimos seis meses, no caso de trabalhador por conta de outrem.
- ☐ Declarações de IVA referentes aos dois últimos trimestres e documentos comprovativos do respectivo pagamento e recibos emitidos nos últimos seis meses, no caso de trabalhador independente.
- ☐ Declaração de inscrição no centro de emprego, no caso de desempregado que não beneficie de qualquer subsídio.
- ☐ Documento comprovativo do valor actualizado de qualquer prestação social desde que não seja atribuída pelo sistema de segurança social português.
- ☐ Caderneta predial actualizada ou certidão de teor matricial relativa aos bens imóveis.
- ☐ Documento que titule a aquisição dos bens imóveis. (9)
- ☐ Contrato de arrendamento da casa de morada de família ou do último recibo de renda.
- ☐ Documento comprovativo do pagamento da última prestação relativa a empréstimo para aquisição da casa de morada de família.
- ☐ Documento comprovativo do valor da cotação verificada no dia anterior ao da apresentação do requerimento ou que haja titulado a respectiva aquisição, no caso de valores mobiliários cotados em mercado regulamentado ou de participações sociais.
- ☐ Livrete e registo de propriedade dos veículos automóveis.

Se o requerente ou as pessoas que com ele vivam em economia comum forem titulares dos órgãos de administração de pessoa colectiva ou sócios detentores de uma participação social igual ou superior a 10% do capital social de uma sociedade, devem ser ainda apresentados os seguintes documentos relativos à pessoa colectiva:

Fotocópias de:

- ☐ Última declaração de IRC e respectiva nota de liquidação (se já tiver sido emitida) ou, na falta da declaração, certidão emitida pelo serviço de finanças competente.
- ☐ Declarações de IVA referentes aos últimos 12 meses e documentos comprovativos do respectivo pagamento.
- ☐ Documentos de prestação de contas dos três últimos exercícios findos ou dos exercícios findos desde a constituição, no caso de esta ter ocorrido há menos de três anos.
- ☐ Balancete do último trimestre, no caso de se tratar de sociedade.

Outros documentos que comprovem as declarações prestadas, num total de _____

Indicar quais _____

_____

Total de documentos entregues _____

(9) Exemplo: escritura pública

7. Local e Forma de Entrega do Requerimento

O requerimento pode ser apresentado em qualquer serviço de atendimento ao público dos serviços de segurança social, pessoalmente, por fax e por via postal.

A Preencher pelos Serviços

O requerimento foi apresentado por:

☐ Interessado ☐ Ministério Público ☐ Advogado ☐ Advogado estagiário ☐ Solicitador

AS FALSAS DECLARAÇÕES SÃO PUNIDAS NOS TERMOS DA LEI

SEGURANÇA SOCIAL

REGISTO DE ENTRADA

Requerimento de Protecção Jurídica

Pessoa Colectiva ou Equiparada

ANTES DE PREENCHER LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

1. Identificação do Requerente

Nome ou Firma

Nº Identificação de Seg. Social Nº Identificação Fiscal

2. Outros Dados do Requerente

Domicílio ou Sede (1)

C. Postal –

Localidade País

Freguesia Concelho Distrito

Telefone Fax

Actividade Início de actividade em

Dia Mês Ano

(1) Se não tiver domicílio/sede estável indique local de contacto

3. Composição e Situação Económica

Capital social Nº de trabalhad. ao serviço Vol. anual de negócios

Lucros distribuídos nos três últimos exercícios findos

3.1 ACTIVO

Valor	Descrição

3.2 PASSIVO

Valor	Descrição

(continua no verso)

OS DADOS CONSTANTES NESTE DOCUMENTO SERÃO OBJECTO DE REGISTO INFORMÁTICO NA BASE DE DADOS DA SEGURANÇA SOCIAL PODERÁ ACEDER À INFORMAÇÃO QUE LHES DIZ RESPEITO E PROCEDER À SUA CORRECÇÃO

4. Modalidades de Protecção Jurídica Pretendidas

Assinale com X a(s) modalidade(s) pretendida(s)

4.1 Consulta Jurídica (2) ☐

4.2 Apoio Judiciário ☐

- ☐ Dispensa total ou parcial de taxa de justiça e demais encargos com o processo
- ☐ Nomeação e pagamento de honorários de patrono
- ☐ Pagamento da remuneração do solicitador de execução designado
- ☐ Pagamento de honorários de defensor oficioso

Finalidade do pedido - Assinale apenas uma das opções

☐ Propor acção judicial - tipo de acção _____

☐ Contestar acção

Acção n.º _____ que corre termos no(a) ____ º Juízo/Vara ____ ª Secção do Tribunal _____

☐ Outro _____

Acção n.º _____ que corre termos no(a) ____ º Juízo/Vara ____ ª Secção do Tribunal _____

Qualidade em que intervem na opção pretendida: ☐ Autor ☐ Réu ☐ Arguido ☐ Assistente ☐ Outra _____

Valor da acção € _____

Oportunidade do pedido (3)

O requerimento é apresentado antes da primeira intervenção processual do requerente? ☐ Sim ☐ Não

Se respondeu **não**, indique se a situação de insuficiência económica se verificou no decurso do processo ou resulta de encargo excepcional ocorrido durante o mesmo? ☐ Sim ☐ Não

■ Se respondeu **sim** à pergunta anterior, diga se, após o conhecimento da situação de insuficiência económica, já interveio no processo ☐ Sim ☐ Não

4.3 Observações

Explique, por palavras suas, o que pretende:

_____

_____

_____

_____

(2) Não aplicável a pessoas colectivas.
(3) Não preencher, no caso de o requerente ser arguido em processo penal.

5. Certificação do Requerente

Tomei conhecimento de que devo:
- comunicar qualquer alteração da informação prestada até ao mês seguinte ao da sua verificação;
- entregar cópia do presente requerimento no tribunal onde decorre a acção, no prazo que me foi fixado na citação/notificação.

As declarações prestadas correspondem à verdade e não omitem qualquer informação relevante.

___/___/_____

_____
Assinatura do requerente conforme documento de identificação

A preencher no caso de o requerimento ser apresentado pelo Ministério Público

Comarca _____

Tribunal _____

_____
Assinatura sob carimbo do representante do requerente

(continua na página seguinte)

6. Documentos a Apresentar

Assinale com X os documentos apresentados

Fotocópias de:

- ☐ Bilhetes de identidade / Passaporte / Autorização de residência ou documento análogo dos legais representantes da sociedade.
- ☐ Pacto social actualizado.
- ☐ Última declaração de IRC ou de IRS e respectiva nota de liquidação (se já tiver sido emitida) ou, na falta da declaração, certidão emitida pelo serviço de finanças competente.
- ☐ Declarações de IVA referentes aos últimos 12 meses e documentos comprovativos do respectivo pagamento
- ☐ Documentos de prestação de contas dos três últimos exercícios findos ou dos exercícios findos desde a constituição, no caso de esta ter ocorrido há menos de três anos.
- ☐ Balancete do último trimestre, no caso de se tratar de sociedade.
- ☐ Caderneta predial actualizada ou certidão de teor matricial relativa aos bens imóveis.
- ☐ Documento que titule a aquisição dos bens imóveis. (4)
- ☐ Documento comprovativo do valor da cotação verificada no dia anterior ao da apresentação do requerimento ou que haja titulado a respectiva aquisição, no caso de valores mobiliários cotados em mercado regulamentado ou de participações sociais.
- ☐ Livrete e registo de propriedade dos veículos automóveis.
- ☐ Registo de outros bens móveis sujeitos a registo.
- ☐ Relação de todos os bens móveis sujeitos a registo que o requerente detenha por contratos de locação financeira, de aluguer de longa duração ou outros similares (indicar tipo, matrícula ou registo, marca, modelo, ano e valor).
- ☐ Outros documentos que comprovem as declarações prestadas, num total de _____

  Indicar quais _____

  _____

Total de documentos entregues _____

(4) Exemplo: escritura pública.

7. Local e Forma de Entrega do Requerimento

O requerimento pode ser apresentado em qualquer serviço de atendimento ao público da segurança social, pessoalmente, por fax, ou por via postal.

No caso de sociedade, estabelecimento individual de responsabilidade limitada ou comerciante em nome individual em causa relativa ao exercício do comércio o requerimento é apresentado em **duplicado**.

A Preencher pelos Serviços

O requerimento foi apresentado por:

☐ Interessado ☐ Ministério Público ☐ Advogado ☐ Advogado estagiário ☐ Solicitador

AS FALSAS DECLARAÇÕES SÃO PUNIDAS NOS TERMOS DA LEI